

O traço do moderno no compasso da memória: Ítalo Campofiorito e a consagração do patrimônio modernista brasileiro (1986-1997)

The trace of the modern in the compass of memory: Italo Campofiorito and the consecration of the Brazilian modernist heritage (1986-1997)

Enviado em: 15/06/2020

Aceito em: 15/07/2020

Walkiria Maria de Freitas Martins¹

Resumo

O artigo aborda a atuação do arquiteto modernista, Ítalo Campofiorito, no IPHAN, entre os anos de 1986 e 1997, ajudando a definir dois conjuntos arquitetônicos modernistas brasileiros, também reconhecidos como patrimônios mundiais: o “Conjunto Urbanístico de Brasília” e o “Conjunto Moderno da Pampulha”. O artigo deriva da pesquisa de doutorado em história que vem sendo realizada desde 2017. O objetivo principal é apresentar a análise histórica das trajetórias daqueles processos de consagração, através da documentação elaborada pelo IPHAN - processos de tombamentos e dossiês encaminhados à UNESCO. Nesse percurso, procuro evidenciar a participação de Ítalo Campofiorito, como intelectual do patrimônio e um dos principais artífices da memória do que se convencionou chamar de “movimento moderno brasileiro”.

Palavras-Chaves: Patrimônio cultural brasileiro; Arquitetura modernista; Memória.

Abstract

The article discusses the work of the modernist architect, Ítalo Campofiorito, at IPHAN, between 1986 and 1997, helping to define two Brazilian modernist architectural ensembles, also recognized as world heritage sites: the "Urban Complex of Brasilia" and the "Modern Pampulha Complex". The article derives from the doctoral research in history that has been carried out since 2017. The main objective is to present the historical analysis of the trajectories of those consecration processes, through the documentation prepared by IPHAN - toppling processes and dossiers submitted to UNESCO. Along this path, I try to highlight the participation of Ítalo Campofiorito, as an intellectual of heritage and one of the main builders of the memory of what has been called the "modern Brazilian movement".

Key words: Brazilian cultural heritage; Modernist architecture; Memory.

1 Professora de História do Colégio de Aplicação João XXIII/UFJF, Juiz de Fora, MG. Mestre em História. Doutoranda em História (Patrimônio Cultural, Ensino de História e Historiografia) pela UNIRIO/RJ. A pesquisa conta com o apoio do programa de bolsas da CAPES, à qual agradeço. E-mail: walkiriafreitas@yahoo.com.br

*E como ficou chato ser moderno.
Agora serei eterno.*

Carlos Drummond de Andrade

1. Introdução

Quando iniciei a pesquisa sobre a patrimonialização da arquitetura modernista brasileira, em 2017, e defini o recorte dos dois casos nos quais os bens culturais foram também reconhecidos como Patrimônios Mundiais pela UNESCO, não fazia ideia da centralidade que o arquiteto Ítalo Campofiorito assumiria no trabalho. Há mais de 3 anos estudo os processos de consagração do “Conjunto Urbanístico de Brasília” e do “Conjunto Moderno da Pampulha” como patrimônios culturais brasileiros e como patrimônios mundiais. Desde o início, me deparei com o nome de Ítalo Campofiorito em minhas fontes primárias essenciais da pesquisa, que foram os processos de tombamento e os dossiês encaminhados à UNESCO. Entretanto, foi no aprofundamento das pesquisas, nas entrevistas que gentilmente me foram concedidas, nos estudos, eventos e na vivência mais próxima ao campo do patrimônio, que pude, aos poucos, perceber sua importância naqueles processos.

Isso evidencia, particularmente, o protagonismo do arquiteto no contexto histórico que me propus analisar, mas, de maneira geral, sublinha, principalmente, sua preponderância no campo do patrimônio histórico e artístico brasileiro, por nada menos do que as últimas 4 décadas. Seu falecimento no último dia 27 de maio, encerrou uma trajetória profícua e esse me pareceu um momento oportuno para compartilhar as análises que tenho feito a respeito de alguns de seus trabalhos e, ainda, evidenciar seu protagonismo na cultura nacional.

A trajetória profissional de Ítalo Campofiorito é ampla e inclui atuações expressivas nos campos da arquitetura e do urbanismo, tendo trabalhado, por exemplo, na construção de Brasília, ao lado de Oscar Niemeyer, Lucio Costa e outros. Chefiou o Serviço de Urbanismo de Brasília de 1961 a 1963 e foi professor da UnB de 1962 a 1965, inclusive, dirigindo a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Foi

perseguido pela Ditadura Militar, preso em 1964 e demitido da UnB em 1965. Sua trajetória profissional inclui também atuações no campo do patrimônio cultural, tendo sido presidente do órgão estadual de preservação do patrimônio do Rio de Janeiro, o INEPAC, entre 1983 e 1985. Foi também Diretor do Departamento de Cultura da Secretaria de Ciência e Cultura do Estado do Rio de Janeiro durante o primeiro mandato de Leonel Brizola como Governador e Darcy Ribeiro como vice (1983-1987). Atuou ainda como Presidente do IPHAN (então SPHAN/Pró-Memória) entre 1989 e 1990 e como membro do Conselho Consultivo da mesma instituição a partir da década de 1990. Como tal foi responsável por importantes pareceres que culminaram em tombamentos de bens culturais que hoje, compõem nosso acervo patrimonial. A trajetória do arquiteto foi marcada, portanto, por trabalhos que mesclaram todas essas funções – arquiteto, urbanista e agente do campo do patrimônio cultural. A participação no projeto “Corredor Cultural” na cidade do Rio de Janeiro e a idealização do Museu de Arte Contemporânea (MAC), de Niterói (RJ), também foram trabalhos que marcaram sua carreira.

Cada uma dessas atuações e de outras que aqui não mencionamos, daria, com certeza, mais que um artigo e demandaria exaustiva pesquisa. Em seu conjunto elas demonstram a importância que esse arquiteto teve, em última instância, para o campo da cultura brasileira. Vamos nos ater aqui, entretanto, ao período delimitado pelos anos 1986 e 1997, no qual Campofiorito agiu de maneira incisiva no campo do patrimônio nacional, ajudando a definir dois conjuntos arquitetônicos modernistas brasileiros, que foram alçados à condição de patrimônios mundiais: Brasília e Pampulha.

A reflexão se pauta pela concepção de história-problema, segundo a qual a pesquisa histórica se realiza a partir de uma questão formulada pelo historiador, em seu tempo presente e, segundo demandas desse tempo. Nesse caso, a questão relaciona-se à recente nomeação do “Conjunto Moderno da Pampulha”, localizado em Belo Horizonte, MG, como Patrimônio Mundial pela UNESCO. O “Conjunto da Pampulha” uniu-se ao “Conjunto Urbanístico de Brasília”, reconhecido como Patrimônio Mundial na década de 1980, ambos formando, até o presente momento, a “vitrine” da modernidade brasileira para o restante do mundo. O reconhecimento do

“Conjunto da Pampulha” como Patrimônio Mundial em 2016, reatualizou certas memórias acerca do movimento modernista brasileiro e as atuações de artistas e intelectuais que dele participaram no século passado. Tal fato, justifica nossa intenção em retornar às décadas de 80 e 90 por meio da documentação produzida pelo IPHAN e tendo o campo do patrimônio cultural como via, para compreender essa questão.

O objetivo central de nossa pesquisa é precisamente a análise histórica das trajetórias de tais processos de consagração e os papéis que essas memórias reatualizadas assumem contemporaneamente para a sociedade brasileira, partindo da ideia do patrimônio cultural como “espelho da nação” (SMITH, 2011). Ainda segundo Laurajane Smith, esse efeito representativo dos valores nacionais atribuídos ao patrimônio cultural é fruto de um construto histórico, no qual determinados segmentos sociais conseguem materializar seus valores, memórias e narrativas. E não apenas isso. Para a autora (SMITH, 2006: 31):

Linked to the idea of the materiality of heritage is the idea of its boundedness. Heritage has traditionally been conceived within the AHD as a discrete “site”, “object”, building or other structure with identifiable boundaries that can be mapped, surveyed, recorded, and placed on national or international site registers. This ability to reduce the concept of heritage to “manageable” and discrete locales helps to reduce the social, cultural or historical conflicts about the meaning, value or nature of heritage, or more broadly the past, into discrete and specific conflicts over individual sites and/or technical issues of site management².

O que a autora chama de “discurso autorizado do patrimônio” são as narrativas de seleção, consagração, restauro, gestão ou qualquer outra atitude relacionada a um bem considerado patrimônio cultural. Esse discurso, que, segundo Smith, é estabelecido por pessoas consideradas “especialistas” no assunto, também diz respeito à narrativa que se tornará hegemônica acerca da história nacional e,

2 A sigla AHD que aparece no texto original, é a abreviação criada pela autora para “authorized heritage discourse”, ou, em uma tradução livre: “discurso autorizado do patrimônio”. Tradução do trecho citado acima: “Ligada à ideia da materialidade do patrimônio está a ideia de seus limites. O patrimônio tem sido tradicionalmente concebido dentro do discurso de patrimônio autorizado como local distinto, “sítio”, “objeto”, construção ou outra estrutura com limites identificáveis que podem ser mapeados, pesquisados, gravados e registrados como sítios nacionais ou internacionais. Essa capacidade de reduzir o conceito de patrimônio a locais “gerenciáveis” e distintos ajuda a reduzir os conflitos sociais, culturais ou históricos sobre o significado, valor ou natureza do patrimônio, ou mais amplamente, o passado, a conflitos discretos e específicos sobre locais individuais e/ou questões técnicas de gestão do local”. Tradução da autora.

consequentemente, da identidade nacional. Sobre tal conceito, a autora afirma que, além do poder de estabelecer todas aquelas narrativas mencionadas, ele teria, ainda, o condão de se sobrepor a possíveis conflitos de ordem social, cultural ou histórica ligados aos grupos para os quais é imposto como narrativa uníssona.

Os casos que aqui serão tratados se constituem como exemplares dessa crítica levantada por Laurajane Smith e, um dos objetivos desse trabalho é frisar a emergência do arquiteto Ítalo Campofiorito nesse contexto. Como espero poder demonstrar ao longo do artigo, Campofiorito foi reconhecido como um especialista do patrimônio modernista brasileiro. Consequentemente, isso o torna um dos principais intelectuais que atuaram na elaboração de discursos autorizados do patrimônio brasileiro entre as décadas de 1980 e 1990.

Em relação à pesquisa empírica, nos concentraremos na análise das narrativas constantes dos processos de tombamentos federais e nos dossiês de candidatura ao título de Patrimônio Mundial, todos eles elaborados pelo IPHAN e/ou sob sua coordenação³. Tratamos tais fontes a partir da ideia de documento/monumento, proposta por Jacques Le Goff (LE GOFF, 1990) e, segundo a qual o documento tornado fonte histórica precisa ser tratado como um construto intencional, e, consequentemente, não objetivo, inócuo ou primário. “O documento é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (LE

3 Os processos de tombamento e os dossiês de candidatura ao título de Patrimônio Mundial são documentos por meio dos quais se atestam os valores patrimoniais a serem reconhecidos em um bem cultural. Segundo Sônia Rabello, “o Decreto-lei nº 25/37 estabeleceu que o reconhecimento, pela atribuição de valor cultural a um bem material, será feito mediante ato administrativo precedido do respectivo processo, no qual se fundamentará esta decisão da administração pública. Nesse procedimento haverá a determinação do bem ao qual se atribui valor cultural, bem como se justificará o motivo dessa atribuição, dizendo das características que justificam essa escolha em função dos parâmetros simbólicos estabelecidos na lei e do interesse público na sua preservação” (RABELLO, 2015: 8). Os dossiês para o Patrimônio Mundial são elaborados pelos Estados-Membros a partir de orientações, documentos, critérios e conceitos previamente definidos pelo Comitê do Patrimônio Mundial. O Manual da UNESCO que orienta a elaboração dos dossiês, explica que o documento deve: “definir claramente a delimitação do bem proposto; descrever o bem; delinear sua história; demonstrar seu significado e por que se acredita que demonstra Valor Universal Excepcional [VUE] potencial; mostrar como ele pode satisfazer um ou mais critérios [a lista de critérios de valoração é definida pela UNESCO]; expor seu estado de conservação e como é documentado e monitorado; apontar como, em longo prazo, seu potencial VUE será mantido [...]; como seu valor será apresentado ou interpretado a visitantes e outros” (PREPARAÇÃO, 2013: 98). Embora se pretenda o máximo de técnica e objetividade em tais documentos, é preciso sublinhar que as narrativas de valoração, os recortes que definem a materialidade do bem cultural e as adequações a critérios previamente estabelecidos são elaborações intelectuais histórica e geograficamente situadas e possuem uma inescapável margem de subjetividade.

GOFF, 1990: 545). Sendo assim, o documento precisa ser contextualizado em seu período histórico de produção, tendo em vista seus produtores, bem como suas intenções e considerando, por fim, não apenas o que a documentação revela, mas, também e, talvez, principalmente, aquilo que ela omite. Considerando tais ideias, procedemos à leitura dos documentos por meio dos quais se procurou justificar o caráter patrimonial dos conjuntos arquitetônicos em questão, atribuindo valores a eles e a seus produtores a partir de conceitos, ideias e modelos pré-concebidos de processos e dossiês.

Cada documentação foi considerada em seu contexto histórico de produção, procurando evidenciar as circunstâncias de sua elaboração, os agentes envolvidos, suas intenções, os objetivos da instituição federal, suas escolhas, definições e estratégias. Enfim, um processo de historicização ou problematização dos documentos produzidos pelo IPHAN, levando-se em consideração o fato de eles apresentarem apenas os resultados finais dos processos de patrimonialização. As narrativas lapidadas desses documentos silenciam os conflitos inerentes ao seu processo de produção, o que, por sua vez, contribui para a naturalização de um valor patrimonial, que na realidade, é historicamente construído.

Por fim, é importante sublinhar o aporte teórico-metodológico no qual nossas reflexões estão ancoradas. O campo do patrimônio cultural brasileiro, bem como seus agentes, são aqui compreendidos sob a perspectiva conceitual de Pierre Bourdieu. Como propõe o autor, o campo pressupõe basicamente, uma delimitação de ações, um conjunto de conhecimentos acumulados e constantemente produzidos – o *capital cultural*, discursos de autoridade – *doxa* - disputas internas e seu conjunto de práticas – o *habitus*. O campo possui historicidade e, portanto, precisa ser delimitado no tempo e no espaço e é construído por seus agentes, na mesma medida em que os constrói como *especialistas* do campo (THOMSON, 2018). É nas vicissitudes das circunstâncias históricas que o campo e seus agentes se formam e se transformam, em infinitas relações de reciprocidade e mutualidade. Por essa razão, uma maior compreensão de um campo e de seus agentes poderá ser alcançada delimitando-se cronológica e espacialmente o objeto a ser estudado e contextualizado.

Tem sido, pois, por meio dessas lentes, que temos vislumbrado o IPHAN no período que coincide com o processo de redemocratização do Brasil, após mais de 2 décadas de Ditadura Militar. A partir dessas miradas, vimos analisando os trabalhos em prol das patrimonializações dos conjuntos de Brasília e da Pampulha e, nesse exercício analítico, percebemos a atuação de Ítalo Campofiorito como protagonista em tais processos. É sobre essa atuação e sobre os resultados que dela advieram para o Brasil, que pretendemos discorrer a seguir.

2. De moderno para moderno...

Caro Ítalo,
Permita, de início, lembrar algumas coisas ditas ou escritas no correr do tempo em defesa ou justificativa da cidade que inventei. O importante é que Brasília *exista* e tenha sido concebida e consolidada na escala do Brasil *definitivo*. [...] E a autonomia e não vassalagem do seu urbanismo e da sua arquitetura, foram mundialmente reconhecidas pela UNESCO, ao transformar tão jovem cidade em Patrimônio da Humanidade, prova de que trilhamos o caminho certo. O mundo está cheio de cidades apenas vivas, que não interessa à humanidade preservar. Mas, no caso raro dessas cidades *eleitas*, há sempre particularidades que precisam manter-se imunes a inovações e modismos, do contrário o que é válido nelas se perde e se esvai. [...] Chegou o momento [...] de assim preservar, para sempre, a feição original de Brasília como *cidade-parque*, a *facies* diferenciadora da capital em relação às demais cidades brasileiras. Por todos os motivos, só mesmo o tombamento será capaz de assegurar às gerações futuras a oportunidade e o *direito* de conhecer Brasília tal como foi concebida. [...] Trata-se, em suma, de *respeitar* Brasília. De complementar com sensibilidade e lucidez o que ainda lhe falta, preservando o que de válido sobreviveu. A cidade, que primeiro viveu dentro da minha cabeça, se soltou; já não me pertence, pertence ao Brasil⁴.

Esse é um trecho da carta remetida por Lucio Costa a Ítalo Campofiorito em 01 de janeiro de 1990, no contexto de abertura do processo de tombamento federal do “Conjunto Urbano de Brasília”. Campofiorito ocupava, então, o cargo de Presidente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e da Fundação Nacional Pró-Memória, os quais formavam, desde 1979, a composição SPHAN/Pró-Memória (atual IPHAN). Nesse trecho da carta, fica evidente a aproximação entre os dois arquitetos, assim como a grande influência de Lucio Costa no IPHAN e nas questões

4 Correspondência de Lucio Costa a Ítalo Campofiorito, datada de 01 de janeiro de 1990. Processo de Tombamento Federal do “Conjunto Urbanístico de Brasília”. Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro, RJ. Grifos no original.

relacionadas a Brasília, ainda na década de 1990. Como planejador do plano piloto, que deu origem à nova capital do Brasil, no final dos anos 1950, Lucio Costa, falecido em 1998, nunca deixaria de opinar sobre os rumos da cidade, tendo se colocado e sido reconhecido por muitos como o único que teria o direito e a capacidade de fazê-lo. Isso pode ser atestado em seu artigo “Brasília Revisitada” de 1987, publicado na revista *Projeto* (COSTA, 1987) e também no livro *Registros de uma vivência* (COSTA, 2018: 330-331). O primeiro foi realizado 25 anos após a inauguração da nova capital, no contexto de candidatura de Brasília ao título de Patrimônio Mundial da UNESCO. Em outros artigos e entrevistas realizados após 1960, o arquiteto e urbanista se dedicaria à defesa apaixonada de sua obra e às críticas a intervenções feitas por outros arquitetos, sempre reivindicando seu papel de discurso autorizado sobre a cidade que planejou.

Ítalo Campofiorito havia se formado em arquitetura no Rio de Janeiro, na Universidade do Brasil - antiga Escola Nacional de Belas Artes e atual UFRJ – em 1956. Sua geração é a de estudantes de arquitetura formados pela chamada “Escola Carioca”, o grupo de arquitetos modernistas da antiga capital brasileira, que havia se formado em torno da figura de Lucio Costa desde o início da década de 1930 (SEGAWA, 2014: 103). Recém-formado e, após uma estadia na Europa, Ítalo Campofiorito foi trabalhar nas obras de construção de Brasília ao lado de Oscar Niemeyer. Após a inauguração da cidade, o arquiteto ali se estabeleceu, como professor do curso de Arquitetura da UnB, cargo que ocupou até 1965, quando foi afastado de suas funções pela Ditadura Militar. Retorna, então, ao Rio de Janeiro e passa a se dedicar à carreira de arquiteto e também à proteção do patrimônio histórico-cultural do estado do Rio de Janeiro, trabalhando no INEPAC, e do patrimônio nacional, no IPHAN (JARDIM, 2012: 11).

Quem recebe a carta de Lucio Costa, portanto, é um arquiteto que o via como um mestre – como de resto muitos outros de sua geração e das gerações seguintes - e fazia parte do que poderíamos denominar segunda geração de arquitetos modernistas da “Escola Carioca”. Havia trabalhado na construção de Brasília como discípulo de Oscar Niemeyer e agora estava à frente do órgão federal de preservação do patrimônio nacional e, como tal, também Presidente do Conselho do Patrimônio

Nacional. Como conselheiro, foi escolhido para dar o parecer sobre o tombamento do “Conjunto Urbano de Brasília”.

Exatamente 2 anos antes da carta endereçada a Ítalo Campofiorito, Lucio Costa havia publicado um pequeno texto, praticamente igual ao da carta cujo trecho reproduzimos acima, no jornal *O Estado de São Paulo*, em 13 de janeiro de 1988 (COSTA, 2018: 323). Na verdade, desde a inauguração de Brasília, Lucio Costa passaria muitos anos redigindo textos e comentários para explicar seu projeto urbanístico, para definir o que deveria ou não ser feito na cidade e para se defender de muitas críticas que a cidade receberia. Exemplos desses escritos são o artigo “O urbanista defende sua cidade”, de 1967 (COSTA, 2018: 301-303) ou ainda, as cartas enviadas ao senador Cattete Pinheiro, na primeira metade da década de 1970 e que estiveram relacionadas aos debates do “Seminário de estudos dos problemas urbanos de Brasília”, organizado por aquele senador e realizado em 1974 (PASSOS, 2010: 134-141).

Mas seria na segunda metade da década de 1980 que todas as explicações e orientações seriam reunidas em dois documentos que se tornaram fundamentais nos processos de consagração de Brasília como patrimônio cultural. Em 1985 foi publicado o estudo “Brasília 1957-1985: do plano piloto ao Plano Piloto”, desenvolvido por Maria Elisa Costa – filha de Lucio Costa – e Adeildo Viegas de Lima, sob a coordenação de Lucio Costa. O estudo foi desenvolvido no âmbito de um convênio entre a Secretaria de Viação e Obras do Distrito Federal, da TERRACAP e do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UnB (COSTA & LIMA, 1985). Desde o título, que nomeia o projeto urbanístico de Lucio Costa para a nova capital, como Plano Piloto – substantivo próprio, a partir de então – até a última palavra, o texto evidencia a intenção de explicar e justificar Brasília. Todas as explicações, justificativas e sugestões de novas intervenções no espaço urbano são feitas por Lucio Costa, eleito, portanto, pelo documento, como único que teria o direito e a capacidade de fazê-lo. Além disso, a estrutura da cidade nas 4 escalas foi apresentada como “definitiva” e a cidade como “símbolo da própria identidade da nação”, “símbolo vivo do gesto de fé e vontade, do resultado da união de todos os cidadãos, da nação voltada para o seu horizonte maior” (COSTA & LIMA, 1985:17-18). O documento deixava clara, portanto,

a intenção de apresentar Brasília como um patrimônio histórico-cultural de todos os brasileiros.

Em 1987, já lançada a candidatura de Brasília ao título de Patrimônio Mundial, Lucio Costa publicaria outro documento, derivado daquele de 1985 e intitulado “Brasília Revisitada” (COSTA, 1987). Nesse texto, o arquiteto e urbanista afirma que, passados 30 anos do início das obras da nova capital, as alterações sofridas pela cidade eram menores que as semelhanças que ela guardava com a concepção original. Lucio Costa afirma que Brasília é “histórica de nascença, o que não apenas justifica mas exige que se preservem para as gerações futuras as características fundamentais que a singularizaram” (COSTA, 1987: 116). Costa também define as características fundamentais do Plano Piloto: a interação entre as 4 escalas (monumental, residencial, gregária e bucólica), estrutura viária, orla do lago com livre acesso, paisagismo, presença do céu e não alastramento suburbano. Propõe o tombamento do que chamou de “conjunto urbanístico-arquitetônico da Praça dos Três Poderes, incluindo-se os palácios do Itamaraty e da Justiça, ligados à Esplanada dos Ministérios. Além disso, arquiteto e urbanista apresenta uma série de orientações sobre o que manter e o que mudar entre o que havia sido feito na cidade desde sua inauguração e traça um plano para o futuro da cidade no que se referia ao adensamento e à expansão urbana.

Estavam prontas as definições e justificativas que, certamente, seriam necessárias no processo de candidatura de Brasília ao título de Patrimônio Mundial da UNESCO. Acontece que toda essa movimentação que envolvia Lucio Costa, o então Governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira e órgãos públicos ligados à gestão do espaço urbano de Brasília, corria à revelia da SPHAN/Pró-Memória, não obstante, o objetivo principal fosse obter o título de Patrimônio Mundial para o plano urbanístico da capital federal.

O órgão federal de preservação do patrimônio cultural, por sua vez, havia criado, ainda na gestão de Aloísio Magalhães⁵, o Grupo de Trabalho para a preservação do patrimônio histórico e cultural de Brasília, o GT-Brasília. Segundo Carlos Madson Reis,

5 Sobre a gestão de Aloísio Magalhães à frente do IPHAN, cf. (FONSECA, 2017).

o GT-Brasília teve como finalidades estudar, propor e adotar as medidas para a preservação do patrimônio cultural de Brasília, a partir de uma perspectiva que ia além do conjunto urbano advindo do plano piloto de Lucio Costa. Tendo sido parte das transformações que vinham ocorrendo na área da Cultura de maneira geral e no campo do patrimônio cultural, em particular, desde meados da década de 1960 e, especialmente, na gestão de Aloísio Magalhães, o GT-Brasília promoveu estudos que envolveram arquitetura, elementos naturais e também as referências apontadas pelos próprios moradores da cidade (REIS, 2001: 118-119).

Estava posta, portanto, a disputa entre duas concepções bastante distintas do que seria o patrimônio histórico-cultural de Brasília e, evidentemente, apenas uma delas prevaleceria. A discussão era composta por múltiplas vozes e elas não ocupavam posições igualitárias no campo do patrimônio, o que significa dizer que, a depender do poder que uma delas assumisse como discurso de autoridade em relação a Brasília e em relação ao patrimônio nacional, prevaleceria. Podemos vislumbrar nessa situação, a definição de campo definida por Pierre Bourdieu, como um espaço marcado por disputas constantes, no qual os agentes ocupam posições diferentes, que variam, entre outros critérios, segundo seu capital simbólico acumulado (THOMSON, 2018: 100-101).

Em uma mesa redonda realizada em 2016, da qual participaram ex-componentes do GT-Brasília, entre outros, abordou-se a discordância entre o grupo e Lucio Costa. Foram citadas duas manifestações de demérito por parte de Costa, em relação à utilização dos trabalhos do GT-Brasília para a definição do que de fato deveria ser reconhecido como Patrimônio Mundial. Em setembro de 1987 Lucio Costa haveria declarado que o trabalho do IPHAN “pode ser apropriado para o uso interno, mas é de todo inadequado por sua presunção didática e suas minúcias informáticas ao fim proposto. Além de não levar em conta a fundamental noção de valor”. No mês seguinte, Costa afirmaria que “o que importará à UNESCO [...] é a concepção urbanística original da cidade, a sua versão arquitetônica, o ‘Fiat Lux’. E não a Brasília que possa resultar dessa ganga urbanística que aos poucos se vai aderindo a ela e a desfigurando [...]” (REIS, 2016: 41). Esse segundo trecho mencionado na mesa redonda, faz parte de uma correspondência de Lucio Costa ao então Governador do

Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira. Gostaríamos de destacar outro trecho da carta: “Enfim, a minha Brasília é o PP – texto e riscos; é a arquitetura do Oscar; é “Brasília 57-85, do plano piloto ao Plano Piloto”, de Maria Elisa, e “Brasília Revisitada”, com ela. É a Brasília que a legislação em boa hora proposta por Ítalo Campofiorito, em parte, preservará”⁶.

O Governador do Distrito Federal à época, José Aparecido de Oliveira, responsável pela articulação política da candidatura de Brasília junto à UNESCO, havia solicitado ao GT-Brasília a elaboração do dossiê, documento através do qual aquela candidatura fora efetivada. No entanto, os técnicos da UNESCO, durante a avaliação, solicitaram uma definição mais precisa do bem que efetivamente haveria de ser preservado, bem como uma lei brasileira que assegurasse tal preservação. Foi precisamente nesse contexto que o embate se acirrou, pois, José Aparecido deveria decidir qual das duas propostas se apresentaria como definitiva. Optou, por fim, pela proposta de Lucio Costa e o trabalho do GT-Brasília, constante do dossiê, foi abandonado em benefício de uma definição mais objetiva do patrimônio histórico-cultural de Brasília. O bem a ser reconhecido seria o Plano Piloto – substantivo próprio proposto desde 1985 – e sua definição material deveria seguir os pressupostos elencados por Lucio Costa no documento “Brasília Revisitada”. Faltava, entretanto, estabelecer-se novo vínculo com a SPHAN/Pró-Memória, uma vez que cabia ao órgão federal a mediação com a UNESCO durante o processo de candidatura e também após o reconhecimento.

Foi então que entrou em cena o arquiteto Ítalo Campofiorito, convidado pelo Governador José Aparecido – possivelmente por indicação de Lucio Costa - a redigir o texto que embasaria o decreto que traria a definição daquilo que se estava considerando Plano Piloto, para fins de proteção como Patrimônio Mundial. Em carta encaminhada ao Governador em 23 de setembro de 1987⁷ – e, portanto, concomitantemente à batalha que Lucio Costa travava contra o GT-Brasília – Ítalo

6 Correspondência de Lucio Costa ao governador José Aparecido de Oliveira datada de 04 de outubro de 1987. Processo de Tombamento Federal do “Conjunto Urbanístico de Brasília”. Grifos no original.

7 Correspondência de Ítalo Campofiorito ao governador José Aparecido de Oliveira datada de 23 de setembro de 1987. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Distrito Federal, Série: Patrimonialização de Brasília, Caixa 3. Esse e outros documentos originais foram digitalizados e incorporados como anexos ao trabalho de Thiago Perpétuo. Cf. (PERPÉTUO, 2015).

Campofiorito afirma que “dando conta de sua missão” encontrara a solução para uma lei que atendesse à demanda da UNESCO e, ao mesmo tempo, atrelasse a proteção do Plano Piloto à gestão de José Aparecido de Oliveira. A solução seria a criação de um decreto que regulamentasse a Lei Santiago Dantas, definindo-se, então, o que seria o Plano Piloto.

Ítalo Campofiorito referia-se ao artigo 38 da Lei nº 3.751 de 13 de abril de 1960 – promulgada cerca de uma semana antes da inauguração de Brasília - segundo o qual as alterações ao Plano Piloto de Brasília só poderiam ser realizadas mediante autorização do Governo Federal. Costuravam-se, assim, os interesses de Juscelino Kubitschek de assegurar a manutenção de sua obra, a obrigação legal de que a legislação de proteção de Brasília partisse de lei federal, a associação ao nome de José Aparecido, uma vez que o Decreto que regulamentaria a Lei seria de seu governo e, finalmente, a vontade de Lucio Costa, de que apenas seu plano piloto fosse preservado e reconhecido como Patrimônio Mundial. E quem conseguiu tal façanha foi Ítalo Campofiorito.

O arquiteto teve a delicadeza de elogiar o trabalho do GT-Brasília em sua correspondência ao Governador do Distrito Federal, afirmando que ele poderia ser contemplado em outras legislações. Isso não altera em nada, no entanto, seu papel de representante do campo do patrimônio ao qual foi dado o poder de definir entre as duas propostas então postas à mesa. Sem tirar o devido mérito à força do discurso de autoridade que Lucio Costa representava – tanto como autor do plano piloto de Brasília, quanto como representante do campo do patrimônio cultural brasileiro – ou ao poder de decisão de José Aparecido naquele contexto, foi Ítalo Campofiorito o responsável pela decisão final.

O resultado de sua intervenção, foi a promulgação do Decreto do Distrito Federal nº 10.829 de 14 de outubro de 1987, que, em seu primeiro artigo define o Plano Piloto como a concepção de Lucio Costa vencedora do concurso de 1957, delimita geograficamente essa proposta no espaço urbano de Brasília e assegura que a preservação deve se basear na manutenção das 4 escalas definidas também por Lucio Costa. O Decreto menciona o Memorial Descritivo do Plano Piloto apresentado por Lucio Costa, juntamente com sua proposta para o concurso de 1957 e o

documento “Brasília Revisitada” como embasamentos para aquele Decreto e para legislações futuras concernentes às intervenções no Plano Piloto de Brasília.

Brasília foi a primeira cidade moderna e o primeiro exemplar de conjunto arquitetônico e urbanístico modernista do mundo a ser reconhecido como Patrimônio Mundial pela UNESCO. Sabe-se que os arquitetos modernistas que compuseram o SPHAN em sua formação, a partir da década de 1930, em especial, Lucio Costa, já haviam consagrado a linguagem arquitetônica modernista da “Escola Carioca”. O primeiro tombamento federal de um exemplar desse tipo de arquitetura, seria a igreja de São Francisco de Assis, da Pampulha, como veremos adiante. A atitude então já tradicional no Brasil, de reconhecer como patrimônios nacionais alguns exemplares da arquitetura modernista, agora conseguia também um espaço no campo do patrimônio mundial.

Lucio Costa aposentou-se em 1972, mas, manteria estreitos vínculos com o IPHAN ainda por bastante tempo. Os mais de 30 anos nos quais foi funcionário de carreira do SPHAN, coincidiram com sua carreira como arquiteto e urbanista e como intelectual do campo arquitetônico brasileiro. Essas suas múltiplas dimensões e atuações foram analisadas mais detalhadamente por Silvana Rubino, a qual destaca que Lucio Costa “encarnou o papel de líder e profeta, fixou as bases classificatórias entre” o “clássico” e o “desclassificado” e, ainda “sagrou o colonial e inventou o movimento moderno nos trópicos” (RUBINO, 2002: 11). É difícil definir medidas para isso, mas, não seria exagero afirmar que, em alguma medida sua figura e a influência de suas ideias possuem peso na instituição até hoje. Entretanto, inúmeras mudanças ocorreram no campo do patrimônio cultural brasileiro nesse período posterior à sua aposentadoria e o patrimônio arquitetônico foi perdendo a centralidade no IPHAN, embora não deixasse de ser importante. Do ponto de vista da atuação social, também foram se apagando as luzes do palco onde a arquitetura e o urbanismo modernistas haviam brilhado por quase todo o século XX. Segundo Flávia Brito do Nascimento, a década de 1980 seria uma segunda fase de patrimonialização do moderno no Brasil, desta vez, não como tombamentos preventivos de uma arquitetura recém-realizada, mas, como um modelo que havia chegado ao fim de seu tempo histórico e sobre o qual se elaborava a partir de então, uma memória (NASCIMENTO, 2016: 115).

Nesse novo contexto, de construção de uma memória do movimento moderno brasileiro, o arquiteto Ítalo Campofiorito – arquiteto modernista, discípulo de Lucio Costa e Oscar Niemeyer, admirador de Le Corbusier, construtor de Brasília, professor da UnB e arquiteto do campo do patrimônio fluminense e nacional, atuando na cidade do Rio de Janeiro – emerge como figura central. A partir de sua atuação decisiva no processo que culminou com o reconhecimento do plano piloto de Lucio Costa para Brasília como um Patrimônio Mundial, Campofiorito seria reconhecido como novo especialista em arquitetura modernista no campo do patrimônio.

Ainda em 1985, quando Chefe do Departamento de Cultura da Secretaria de Ciência e Cultura do Governo do Estado do Rio de Janeiro, Ítalo Campofiorito publicou o artigo “Muda o mundo do patrimônio” (CAMPOFIORITO, 1985). Nesse texto, o arquiteto rebate as críticas que, naquele momento de redemocratização e, particularmente, no Rio de Janeiro, em que se realizava um governo de esquerda, eram feitas aos trabalhos do antigo SPHAN. Desde a gestão de Aloísio Magalhães o órgão federal vinha sendo criticado pelo patrimônio de “pedra e cal” alusivo às elites brancas e católicas do Brasil, hegemônicas desde o período colonial. As críticas também se voltavam à atuação de Lucio Costa, que, como Chefe da Divisão de Estudos e Tombamentos e reconhecido intelectual do campo do patrimônio histórico e artístico nacional, seria apontado como um dos principais responsáveis por aquele resultado dos trabalhos do SPHAN.

No artigo “Muda o mundo do patrimônio”, Ítalo Campofiorito rebate críticas, aponta acertos, reafirma nomes – especialmente o de Lucio Costa – e destaca o que teriam sido os grandes feitos do SPHAN. O arquiteto também contextualiza ideias e concepções, assume que houve omissões, abre a possibilidade para o novo e aponta caminhos. Campofiorito demarcava, portanto, naquele novo momento da trajetória da proteção do patrimônio nacional, um lugar como novo agente e como novo intelectual. Após o falecimento de Aloísio Magalhães, ocorrido em 1982, a alternância de lideranças no IPHAN demonstrava não apenas o relevo acidentado da política nacional da virada dos anos 1970 para os 80, mas, também a ausência de um grande nome no patrimônio cultural material. Havia espaço para um intelectual que pudesse novamente reunir os esforços da instituição em prol de objetivos comuns, manter o

lugar de importância do patrimônio arquitetônico e apontar novos rumos como um intelectual do patrimônio.

É possível que Ítalo Campofiorito tenha tido essa percepção e essa intenção, embora, até o momento, não se possa afirmar que seja mais que uma probabilidade. No entanto, é inegável sua dupla atuação no campo do patrimônio, selecionando o que seria ou não tombado e escrevendo textos teóricos que justificavam suas atuações e as ambientavam nos novos tempos do patrimônio brasileiro. Daí, portanto, a semelhança com o papel que outrora Lucio Costa havia assumido no SPHAN.

Em 1987 Campofiorito participaria das comemorações pelo centenário de nascimento de Le Corbusier (1887-1965), proferindo uma conferência, posteriormente publicada com o título “Brasília Revisitada” (CAMPOFIORITO, 1989). Nesse texto, homônimo ao de Lucio Costa, Campofiorito divulga e justifica a legislação cujo texto acabara de redigir para a conclusão do processo que levou ao reconhecimento do Plano Piloto de Brasília como um Patrimônio Mundial. Ele cita o embate entre a ampla proposta do GT-Brasília e a de Lucio Costa e afirma que para a UNESCO era preciso mais objetividade. Explica ainda, que sua proposta inicial havia sido o tombamento das escalas de Brasília, tais como explicadas por Costa no Seminário ocorrido no Distrito Federal em 1974. Contudo, como um tombamento demandaria respaldo do Legislativo Federal e, segundo o arquiteto, todos os esforços estavam voltados à Assembleia Constituinte, outro caminho foi necessário.

Vimos na carta que Ítalo C. escreveu a José Aparecido, que, o artifício, na verdade, decorria do desejo do Governador de vincular ao seu nome e à sua gestão o título de Patrimônio Mundial de Brasília. Seja como for, o texto para o Decreto reafirmava a autoridade de Lucio Costa como criador e, portanto, gestor com direito adquirido sobre a área urbana da capital. Justificava a escolha da proteção das escalas e explicava detalhadamente o que isso representaria, na prática. O fato de ser um Decreto para regulamentar Lei Federal já existente, proporcionava o caminho legal de forma a serem dados os créditos aos artífices da trama: Lucio Costa, José Aparecido de Oliveira e Ítalo Campofiorito.

Entre 1989 e 1990, quando José Aparecido de Oliveira ocupava o cargo de Ministro da Cultura do governo de José Sarney, Ítalo Campofiorito seria nomeado

Presidente da composição SPHAN/Pró-Memória. Em seguida, como membro do Conselho Consultivo do IPHAN, realizou os pareceres que culminaram com os tombamentos da Estátua do Cristo Redentor (RJ), do sítio de Burle Marx (RJ), do conjunto urbano de Cataguases (MG), do Pavilhão Luiz Nunes (PE), do Conjunto Urbanístico de Brasília (DF) e do Conjunto Urbanístico da Pampulha (MG). É sobre esses dois últimos que trataremos a seguir.

3. Modernos eternos: tombamentos federais dos conjuntos urbanos de Brasília e da Pampulha na década de 1990 e título de Patrimônio Mundial da Pampulha em 2016

Entre 1989 e 1990 o arquiteto Ítalo Campofiorito presidiu o órgão federal de preservação do patrimônio, então denominado SPHAN/Pró-Memória. Após esse período ele manteria seu vínculo com a instituição como membro de seu Conselho Consultivo. Era uma fase de muitas transformações no órgão federal, em particular, e no campo do patrimônio cultural brasileiro de maneira geral, com novos problemas, novos objetos e novas abordagens, como explica Márcia Chuva (CHUVA, 2017a). Não obstante, o período também seria marcado por algumas permanências, ou se se preferir, por alguma resistência a todas aquelas mudanças e pela militância em favor do patrimônio cultural material e arquitetônico, bem como pelo legado material e simbólico dos arquitetos modernistas que haviam fundado o órgão.

Nesse contexto destacamos os processos de tombamento federal dos conjuntos modernistas de Brasília e Pampulha como pontos de inflexão da história do IPHAN e da preservação do patrimônio no Brasil das últimas 4 décadas – ou seja, da segunda metade de seu tempo de existência. Eles foram também momentos marcantes na carreira do arquiteto e urbanista Ítalo Campofiorito, que se tornaria o consagrador desses bens, na mesma medida em que era por eles consagrado.

3.1: Tombamento federal do Conjunto Urbanístico de Brasília

Prezado Dr. Lucio,
Continuando a nossa conversa desses últimos dias, proponho uma troca de cartas que dê um impulso inicial à preservação das escalas de Brasília, construídas em decorrência do seu Plano Piloto:

1 – nesta, eu manifesto minha absoluta convicção de que a legislação preparada pelo GDF – em que se diluem as nítidas normas levadas à UNESCO – não será suficiente para barrar a cobiça imobiliária e os preconceitos desavisados que vão ameaçar o que é essencial em Brasília, a partir da escala residencial [...]; quanto às outras escalas, o mais que puder ser garantido pela SPHAN, nos termos da inscrição da UNESCO, também deve ser tentado.

2 – uma carta sua, como lhe parecer conveniente, servirá de apoio incontestável – junto às diversas instâncias a percorrer – no que diz respeito à natureza do projeto urbanístico, seja quanto ao que deve ser fixado, seja ao nível que vai modificar-se, naturalmente, ao longo do tempo⁸.

A resposta, em carta manuscrita, viria no dia 01 de janeiro de 1990, e foi aquela da qual citamos um trecho, no início do tópico anterior. A leitura das correspondências entre o então Presidente da SPHAN/Pró-Memória e o autor do plano piloto de Brasília e funcionário aposentado – dos mais representativos – daquela instituição, permite vislumbrar importantes aspectos do contexto de abertura do processo de tombamento do conjunto urbanístico de Brasília. Como é evidenciado por Ítalo Campofiorito, a troca de cartas entre eles seria a estratégia que justificaria o tombamento, uma vez que o pedido viria do próprio Lucio Costa – autor do plano, funcionário muito respeitado no IPHAN e reconhecido intelectual do campo do patrimônio brasileiro.

Essa evidência já deve estimular a um olhar diferenciado não apenas para as cartas, mas, para o processo de tombamento, do qual elas fazem parte, como um todo. Tais correspondências, antes de documentos, constituem-se em monumentos (LE GOFF, 1990), pois, foram elaboradas com o propósito de criar uma narrativa de valorização para o conjunto urbano da capital federal. Seu papel seria o de investi-lo de valor cultural, desta vez, para compor o panteão material da identidade nacional. Sendo assim, não é possível olhar apenas para aquilo que as cartas explicitam, mas, é preciso varrer suas narrativas “a contrapelo” (BENJAMIN, 2013), ou desmontá-las, a fim de compreender seu processo de elaboração.

De imediato podemos destacar o fato de Ítalo Campofiorito deixar explícito que antes daquela carta, já havia conversado com Lucio Costa a respeito do tombamento federal de Brasília. Embora não seja possível acessar tais conversas que se deram

8 Correspondência de Ítalo Campofiorito a Lucio Costa, datada de 24 de novembro de 1989. Processo de Tombamento Federal do “Conjunto Urbanístico de Brasília”. Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro, RJ.

informalmente, é possível inferir que aquilo que aparece formalizado no processo de tombamento já havia sido acordado entre eles, anteriormente. Essa passa a ser uma chave de compreensão de toda a narrativa do processo de tombamento, pois, sabe-se desde o início que a proposta tem a participação direta de Lucio Costa e é reiterada e oficializada por Ítalo Campofiorito.

Além disso, ao afirmar - em uma carta escrita com o propósito de ser um elemento detonador de um processo de tombamento e, conseqüentemente, elaborada com a intenção de ser tornada parte documental desse mesmo processo - que uma carta de Lucio Costa serviria de apoio “incontestável” para justificar o processo em todas as instâncias necessárias, Campofiorito já lançava mão de uma estratégia. Ele já tinha a plena noção do peso que tinha o nome e a opinião de Lucio Costa dentro do IPHAN, mas, não quis contar apenas com isso. Ao explicitar isso na carta, ele se antecipa aos pareceristas e chega a constrangê-los com a ideia subentendida de que recusar o pedido de tombamento seria o mesmo que não atender a um pedido do próprio Lucio Costa – do “Dr. Lucio Costa” como ainda é chamado por alguns no IPHAN e fora dele -, este, naturalmente, “incontestável”.

Além de oferecer a justificativa para a abertura do processo de tombamento, a carta de Lucio Costa também legitimava o modelo de tombamento proposto para Brasília, ou seja, proteger as 4 escalas por ele atribuídas à cidade. No entanto, não é apenas isso que sua atitude revela. Por trás das explicações e propostas de soluções, percebe-se a atitude insistente de Lucio Costa em se colocar como único possível gestor da cidade, por ter sido aquele que concebeu sua ideia inicial. Era o “aprendiz de feitiçeiro” tentando controlar o feitiço depois de tê-lo iniciado e, embora se saiba que esse “ideal fáustico” não possa ser alcançado, naquele momento, pelo menos em alguma medida, aquilo seria possível pelo fato de ele ter o total respaldo de alguém que tinha o poder de lhe dar o controle do feitiço: o presidente do órgão federal de preservação do patrimônio, Ítalo Campofiorito.

O processo de tombamento de Brasília contém, ainda, outros textos de Lucio Costa, os quais já haviam sido utilizados no contexto da candidatura ao título de Patrimônio Mundial da UNESCO. Além destes textos, há uma carta de Oscar

Niemeyer remetida a Ítalo Campofiorito⁹, explicando que tombar os edifícios de Brasília não seria suficiente, mas, o mesmo deveria ser feito em relação aos espaços vazios entre eles, uma vez que estes também faziam parte das concepções urbanística e arquitetônica da cidade. Em uma atitude semelhante à de Lucio Costa, Niemeyer define o que pode e o que não pode ser feito em Brasília, se colocando também, como discurso autorizado de gestão daquele espaço urbano. Sobre a Praça dos Três Poderes, por exemplo, Niemeyer explica que mais nada deveria ser ali construído, exceto o “Espaço Lucio Costa” que, segundo ele, já havia sido autorizado pelo patrimônio e pela Câmara e que se constituiria em “homenagem justa que só a pode enriquecer”. A respeito dos demais espaços da cidade, esclarece que qualquer coisa nova desmereceria o Plano Piloto e sua arquitetura. Defende, ainda, a proteção aos espaços internos dos edifícios públicos, com suas obras de arte e defende que a decoração daqueles locais fosse mantida como no projeto original.

O “Conjunto Urbanístico de Brasília” foi tombado pela SPHAN/Pró-Memória em 1990, na gestão do Secretário Ítalo Campofiorito, sendo Ministro da Cultura José Aparecido de Oliveira, o mesmo que, na qualidade de Governador do Distrito Federal, havia viabilizado, do ponto de vista político, o reconhecimento de Brasília como Patrimônio Mundial. O parecer do Conselho Consultivo do patrimônio foi realizado pelo conselheiro Eduardo Kneese de Melo, arquiteto que também trabalhou nas obras de construção da nova capital. O registro do bem cultural foi realizado no Livro do Tombo Histórico e a Portaria que regulamentava o tombamento, delimitando a área protegida e definindo os parâmetros da proteção, foi redigida por Ítalo Campofiorito, naquele mesmo ano. A Portaria nº 4 de 13 de março de 1990 seguiu a mesma proposta do Decreto 10.829/87 que regulamenta a proteção como Patrimônio Mundial, fazendo o recorte do Plano Piloto de Lucio Costa como objeto a ser protegido pelo tombamento. A Portaria incorporava praticamente todas as indicações feitas por Lucio Costa e Oscar Niemeyer e determinava o uso do instrumento de tombamento definido pelo Decreto-Lei nº 25 de 1937, para proteger as 4 escalas definidas por Lucio Costa.

9 Correspondência de Oscar Niemeyer ao Presidente da SPHAN/Pró-Memória, Ítalo Campofiorito, datada de 05 de março de 1990. Processo de tombamento federal do “Conjunto Urbanístico de Brasília”. Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro, RJ.

Como bem definiu o arquiteto José Simões de Belmont Pessôa, no caso de Brasília, o tombamento foi utilizado, primordialmente, para a proteção dos critérios que informaram as construções e não para elas em si, com exceção dos edifícios e palácios do Eixo Monumental (PESSÔA, 2003). Além de explicar o que significa, na prática, o tombamento de cada uma das escalas de Brasília, José Pessôa ressalta o caráter “absolutamente inovador” da preservação proposta por Ítalo Campofiorito, tanto no Decreto 10.829/87, quanto no tombamento federal de 1990. Embora reconheça as dificuldades que esse modelo traz aos gestores desse patrimônio – e isso é objeto de discussões até hoje, haja vista as muitas mudanças já processadas na regulamentação do tombamento, tendo sido a Portaria nº 4/90 substituída até o momento, por 3 novas versões¹⁰ - José Pessôa enaltece o que considera seus pontos positivos. Explica que os tombamentos de exemplares da arquitetura moderna brasileira já eram antigos no IPHAN, mas, que no caso de Brasília, além da tradicional preocupação em deixar um legado do movimento moderno brasileiro às futuras gerações, garantiu-se, também, “a perenidade dos princípios urbanísticos deste movimento em uma paisagem passível de permanente mutação” (PESSÔA, 2003: 8-9).

Apesar de não partilhar da mesma certeza expressa por José Pessôa, quanto à positividade do modelo de proteção estabelecido para o espaço urbano circunscrito pelo Plano Piloto de Brasília, considero que o autor foi feliz ao resumir tal modelo como “o tombamento de uma ideia”. No entanto, consideramos que esse “produto final” elaborado por Ítalo Campofiorito, seja apenas um dos aspectos importantes da história da patrimonialização de Brasília. Como vimos demonstrando, as legislações de proteção a Brasília, que envolvem a definição do que deveria ser protegido e os meios pelos quais a proteção se efetivaria, possuem sua própria historicidade e, portanto, não devem ser consideradas apenas como fatos dados, mas, devem ser problematizadas e analisadas em seus contextos de produção. Por essa perspectiva

10 A Portaria de 1990 não entraria em vigor, sendo substituída, em 08 de outubro de 1992 pela Portaria nº 314/IPHAN. Esta, por sua vez, daria lugar à Portaria nº 166 de 11 de maio de 2016, que sofreu uma Retificação em 20 de maio de 2016. Em 31 de outubro de 2018 foram feitas novas alterações à Portaria de 2016, por meio da Portaria nº 421. Cf: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portaria_166_consolidada_2018_com_mapas.pdf. Última consulta em 14/06/20.

“a contrapelo” sublinhamos as ações de José Aparecido, Lucio Costa, Oscar Niemeyer, do GT-Brasília¹¹ e de Ítalo Campofiorito – para citar apenas os de maior destaque nesse processo.

Percebemos que, ao contrário do que o dossiê ou o processo de tombamento pretendem fazer crer, a patrimonialização de um bem cultural – que envolve a definição desse próprio bem como tal – é forjada por meio de processos repletos de disputas, dissensos, negociações políticas e arranjos entre os agentes envolvidos. O consenso necessário para que se atinja o objetivo final, é formado tanto pelas narrativas que se tornaram dominantes ao longo do processo, quanto pelas ausências daqueles que, como o GT-Brasília, foram silenciados. Assim, vimos emergir no debate o nome de Ítalo Campofiorito, primeiramente convidado por José Aparecido para ajudar a elaborar um dispositivo de definição e proteção ao patrimônio de Brasília e, depois, como Presidente do órgão federal de preservação do patrimônio cultural, protagonizando nova definição de critérios de proteção para o mesmo bem.

Outro ponto no qual discordamos de José Pessoa, é quanto a atribuir unicamente a Ítalo Campofiorito a responsabilidade pelos dispositivos de proteção a Brasília. A análise crítica do processo demonstra que Campofiorito foi a voz de Lucio Costa dentro da SPHAN/Pró-Memória, em um momento no qual o SPHAN dos tempos de Lucio Costa e o patrimônio a ele associado sofriam críticas dentro e fora da instituição. Além disso, a equipe do GT-Brasília associava-se ao grupo de Aloísio Magalhães e às novas perspectivas de patrimônio, gestão e proteção que vinham sendo debatidas no órgão federal desde a sua gestão. Naquele contexto, foi fundamental para Lucio Costa e para fazer valer as suas propostas para a patrimonialização de Brasília, a presença de um arquiteto que, além de colega, compartilhasse das mesmas ideias e ainda, o via como um mestre.

11 Embora não seja possível, no âmbito desse artigo, uma análise pormenorizada do trabalho do GT-Brasília, é importante mencionar os nomes de seus participantes, responsáveis pelos trabalhos e também agentes do processo de consagração de Brasília como um patrimônio cultural. Foram eles: Briane Elisabeth Panitz Bicca (Arquiteta e Urbanista – AU – e coordenadora do GT-Brasília); Yêda Virgínia Barbosa (AU); Márcio Vianna (AU); Eurico João Salviati (AU) (REIS, 2016: 166-167). O fato de todos os membros do GT serem arquitetos e urbanistas, demonstra que a visão de Lucio Costa e Ítalo Campofiorito sobre o que seria o patrimônio cultural do Distrito Federal, não era a única, mesmo entre arquitetos e urbanistas.

Assim, pode-se afirmar que Lucio Costa e Ítalo Campofiorito foram os mentores intelectuais do Decreto 10.829/87, sendo o segundo o responsável por viabilizar essa proposta, em detrimento do trabalho do GT-Brasília, no âmbito da SPHAN/Pró-Memória. Foi também Campofiorito quem tornou possível o protagonismo do então Governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira, no processo de consagração de Brasília como um Patrimônio Mundial, criando uma estratégia para que uma Lei Federal já existente pudesse ser regulamentada por um Decreto Distrital que leva a sua assinatura. O produto final, é, portanto, uma costura feita pelo menos por esses 3 personagens que venceram os embates e fizeram valer a sua visão acerca do que é o patrimônio histórico-cultural de Brasília e de como ele deve ser preservado.

No caso do tombamento federal, esses 3 protagonistas reaparecem, tendo dois deles mudado um pouco seus lugares de fala. José Aparecido de Oliveira ocupava, então, o cargo de Ministro da Cultura e, subordinado a ele, Ítalo Campofiorito presidia a composição SPHAN/Pró-Memória, associada àquele Ministério. Nesse novo contexto, a participação de José Aparecido aparenta ser menos direta, mas, é preciso recordar que a mesma costura que ele havia produzido no caso da candidatura na UNESCO, já estava pronta a atuar no tombamento federal. Além desses 3, o processo de tombamento ganharia outras duas vozes de peso: a de Oscar Niemeyer, que na qualidade de arquiteto de Brasília também remete uma carta a Ítalo Campofiorito fazendo sugestões para o tombamento; e Augusto Kneese, o qual como conselheiro do patrimônio é escolhido para fazer o parecer e, tendo sido favorável ao tombamento, reitera as narrativas de consagração já postas e acrescenta também a sua.

Com o falecimento inesperado de Aloísio Magalhães em 1982, muitos dos projetos que vinham sendo desenvolvidos pela Fundação Nacional Pró-Memória foram impactados e, entre eles, os trabalhos do GT-Brasília. O grupo permaneceu atuante até 1988, quando os trabalhos foram interrompidos e relegados ao esquecimento. Embora tenha elogiado os estudos do GT-Brasília em correspondência a José Aparecido em 1987, Ítalo Campofiorito sequer mencionou a existência do grupo no processo de tombamento federal e aquilo que já havia sido estabelecido pelo Decreto 10.829/87 foi reiterado pela Portaria nº 4/1990, que ele também elaborou.

Quanto ao tombamento das escalas de Brasília, ou o tombamento de sua concepção, como esclarece José Pessôa, é inegável que seja inédito e que tenha mudado radicalmente a visão de preservação do patrimônio moderno brasileiro, como também propõe o autor. Entretanto, é igualmente inegável que, se por um lado a elaboração de Ítalo Campofiorito pode ser vista como inovadora e genial, por outro lado, revela o poder que ele e o grupo que o apoiava tiveram de fazer uma interpretação nova do instrumento do tombamento. Essa nova interpretação foi absolutamente adequada aos interesses de Lucio Costa e, agora também, de Oscar Niemeyer. Isso evidencia a subjetividade inerente ao processo de patrimonialização e o poder de persuasão de Lucio Costa como discurso de autoridade no campo do patrimônio e, conseqüentemente, na interpretação do uso do instrumento do tombamento. Em última instância, o processo fez com que Ítalo Campofiorito emergisse no campo do patrimônio como novo especialista em proteção do patrimônio moderno, autoridade herdada do próprio Lucio Costa.

No âmbito deste artigo não terei condições de enveredar pelo debate crítico acerca do tombamento de Brasília. Meu objetivo aqui, é enfatizar a centralidade da atuação do arquiteto Ítalo Campofiorito nos processos de patrimonialização da arquitetura modernista, em geral, e dos conjuntos modernistas de Brasília e Pampulha, em particular. No entanto, este debate faz parte da pesquisa de doutorado que venho realizando e considero que seja parte salutar do processo de compreensão do que já foi feito em face às conseqüências e ao debate historiográfico no qual essa discussão se insere. Por ora, tendo em vista nosso objetivo central nesse artigo, prosseguiremos a análise, tratando, a seguir, do processo de consagração do “Conjunto Moderno da Pampulha” como um patrimônio nacional e mundial.

3.2: Patrimonialização do “Conjunto da Pampulha”

[...] Ficam, assim, excluídos do tombamento os Estádios Magalhães Pinto e Felipe Drumond que, eu também penso nada tem de homogêneo, nem com o valor artístico, nem com o histórico do que se entende por “Conjunto Arquitetônico da Pampulha”. Por razão semelhante os terrenos da Fundação Zoobotânica foram também excluídos do tombamento em pauta, embora se destaque o tombamento da “Sede do Golf Club”, que abriga hoje a referida Fundação. [...] Entenda-se que não foi negado valor aos dois estádios, ou ao terreno de uso zoobotânico. A orla de entorno, como se verá a seguir, e o

conceito de “vizinhança” da legislação vigente lhes serviriam de proteção, até que um tombamento estadual ou municipal os atinjam por valores próprios, a meu ver imiscíveis com o caso presente. [...] As edificações citadas “em destaque” são de fato as mais importantes: o antigo Cassino, o Yatch Club, a Casa do Baile, a Residência Juscelino Kubitschek e a antiga Sede do Golf Club. [...] As obras de arte a tomar seriam todas as que se realizaram conforme os projetos originais de Oscar Niemeyer [...] e também [...] o mobiliário que é design de Niemeyer, na Casa do Baile. Este é meu parecer. Ítalo Campofiorito¹².

A igreja de São Francisco de Assis, um dos edifícios que compõem o chamado “Conjunto Moderno da Pampulha”, localizado na capital mineira, construída na década de 1940, quando Juscelino Kubitschek era Prefeito de Belo Horizonte e projetada pelo arquiteto Oscar Niemeyer, foi tombada pelo IPHAN em 1947. O tombamento, que contou com o parecer de Lucio Costa, então Chefe da Divisão de Estudos e Tombamentos do SPHAN, foi justificado pelo “estado de ruína precoce”, pelo “louvor unânime” da crítica internacional e “considerando, enfim, que o valor excepcional desse monumento o destina a ser inscrito, mais cedo ou mais tarde, nos Livros do Tombo, como monumento nacional” (COSTA, 1947)¹³. Em uma interpretação nova do instrumento de tombamento – que nos remete ao episódio do tombamento das escalas de Brasília, ocorrido anos depois – Lucio Costa propôs um “tombamento preventivo”, invertendo o processo tradicional. O tombamento foi realizado pelo potencial caráter de patrimônio nacional” que, de acordo com Lucio Costa, a obra possuía.

O tombamento da igreja da Pampulha inaugurou a história da patrimonialização de exemplares representativos da arquitetura modernista brasileira, abrindo um precedente para que outras vezes o instrumento de tombamento fosse utilizado retroativamente, sacralizando um edifício ou conjunto recém-construído como patrimônio nacional. Diversos trabalhos já se debruçaram sobre a patrimonialização da arquitetura modernista brasileira e sobre o caso da igreja da Pampulha como seminal nesse contexto (CAVALCANTI, 2006). O que gostaríamos de frisar a esse respeito, no

12 Parecer do conselheiro Ítalo Campofiorito constante do Processo nº 1341-T-94, processo de tombamento federal do “Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Pampulha”. Arquivo Central do PHAN, Rio de Janeiro, RJ.

13 O parecer encontra-se na coletânea organizada pelo arquiteto José Simões Pessôa. Cf. (PESSÔA, 1999: 67-68.

entanto, é a ação de Lucio Costa consolidando a arquitetura modernista como repertório hegemônico de sua época, bem como a monumentalização de alguns de seus exemplares como patrimônios nacionais *a priori*.

Além disso, ao proceder a uma livre interpretação do Decreto-Lei nº 25/37, atribuindo valor a edifícios recém-criados e criando artifícios narrativos tais como “tombamento preventivo”, Lucio Costa reafirmava seu papel de especialista. Especialista em arquitetura modernista – que ela diria moderna -, especialista como crítico de arte, em história do Brasil, do campo do patrimônio e em identidade nacional brasileira. Nisso, Costa tinha o respaldo de muitos dos que o cercavam e, assim, ajudava a construir cada um daqueles campos - com seus esquemas de percepção em “estado objetivado” -, enquanto era por eles também constituído como intelectual – ou “estado incorporado” das estruturas mentais e das “disposições constitutivas dos *habitus*” (BOURDIEU, 1996: 308).

Em 1985, no artigo “Muda o mundo do patrimônio”, Ítalo Campofiorito mencionaria o tombamento da igreja da Pampulha como comprovação de que o SPHAN de Lucio Costa não privilegiava apenas a arquitetura colonial e, explicava que “o qualificativo bem achado de ‘tombamento preventivo’ não era para enganar ninguém” (CAMPOFIORITO, 1985: 7). Em seu intento de justificar as atitudes de Lucio Costa e do SPHAN, de maneira geral, Ítalo Campofiorito criou uma narrativa segundo a qual os tombamentos da arquitetura modernista seriam um “progresso”, um “avanço” nas ações do Patrimônio, para além do colonial. Sua mirada modernista sobre o patrimônio – análoga à daqueles arquitetos pioneiros – talvez não o permitisse perceber que, na prática, o movimento não havia sido progressivo, no sentido “colonial – moderno”. Aqueles arquitetos modernistas, na luta para tornar hegemônica a arquitetura que realizavam, construíram a narrativa do patrimônio nacional a partir da projeção de seus valores estéticos para a arquitetura colonial e, assim, situaram a arquitetura modernista como “continuação natural” daquele modelo pretérito (CHUVA, 2017b: 284). Não se tratava, portanto, de um movimento, “colonial – moderno”, mas, de um movimento “moderno – colonial – moderno”, como se eles funcionassem, um para o outro, como um rebatedor de luz, se iluminando reciprocamente.

Ainda naquele artigo, ao tratar as mudanças que vinham ocorrendo no campo do patrimônio, o arquiteto afirmava que (CAMPOFIORITO, 1985: 8-9):

Progressivamente vai surgindo o pensamento contemporâneo do Patrimônio: valorização dos conjuntos urbanos triviais e vulgares, porém significativos ainda que de valor não excepcional; prioridade urbanística para a reabilitação de centros tradicionais e bairros antigos, como estruturas urbanas vivas, em constante e desejável mutação física e social; abandono, pouco a pouco, da estética modernista [...].

Nesse artigo, de maneira geral, Campofiorito assume o caráter elitista do patrimônio selecionado pelo SPHAN, as omissões feitas em relação às contribuições das culturas de matrizes indígenas e africanas para a conformação da cultura brasileira, entre outras lacunas criticadas na década de 1980. Entretanto, esbarra nos limites de sua própria formação como arquiteto modernista e de suas paixões a ela relacionadas. Na citação acima, vê-se, claramente, que Campofiorito não percebia – ou percebia? – os juízos de valor e os critérios modernistas que nortearam os trabalhos do SPHAN e são diretamente relacionados à atuação de Lucio Costa. Talvez não percebesse, inclusive, - por tão naturalizado que para ele tudo aquilo estava – a reprodução daqueles mesmos juízos de valor e critérios modernistas em suas próprias ideias e em seu texto, tornando-o um atualizador e um mantenedor daquele arcabouço ideológico.

O olhar para a obra de Oscar Niemeyer como um patrimônio cultural constituído por um conjunto arquitetônico e não para cada um de seus edifícios isoladamente, é um construto que data da década de 1980. Como tratei em trabalho anterior, o conjunto da Pampulha passou por três diferentes processos de tombamento entre as décadas de 1980 e 2000 (MARTINS, 2018). O primeiro tombamento foi na instância estadual, procedido pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG), no ano de 1984, tendo recebido o bem cultural o título de “Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Pampulha”. Em seguida, foi realizado o tombamento federal, que teria início em 1994 e seria concluído em 1997, mantendo-se o título anterior. O terceiro e último processo de tombamento ocorreu em nível municipal, no ano de 2003, tendo o bem cultural recebido o título de “Conjunto Urbano Lagoa da Pampulha e Adjacências”. Em cada um desses processos foi diferente a

interpretação e, conseqüentemente, a constituição do que estava sendo chamado de “conjunto da Pampulha”. Comparativamente, em termos de área de tombamento, de elementos constitutivos do conjunto, o tombamento municipal foi o mais amplo e o federal foi o mais restrito, tendo ficado circunscrito aos edifícios planejados por Oscar Niemeyer e construídos na década de 1940, além de seus jardins e obras de arte, que também faziam parte dos projetos arquitetônicos originais.

É precisamente nesse processo de tombamento corrido do âmbito do IPHAN que pretendo me deter nesse momento. Em 1994 quando o processo foi aberto no IPHAN central, no Rio de Janeiro, o órgão era presidido pelo arquiteto modernista Glauco Campello. Assim como Ítalo Campofiorito, Campello havia trabalhado nas obras de construção de Brasília, na segunda metade da década de 1950, podendo-se considerá-lo, nesse sentido, co-partícipe, juntamente com Campofiorito, no que chamaríamos de segunda geração de arquitetos modernistas no IPHAN. Como primeiro passo, foi solicitado à Superintendência do IPHAN em Minas Gerais um estudo preliminar sobre o bem. Constituiu-se um Grupo de Trabalho para o Tombamento da Pampulha (GTT-Pampulha)¹⁴ e este procedeu a estudos sobre a história de formação da região da Pampulha, além das então atuais condições sociais daquela região de Belo Horizonte. Além dos edifícios planejados por Niemeyer e localizados na orla da lagoa da Pampulha, o grupo de trabalho indicou, outros edifícios considerados relevantes para aquela região, tais como a Casa de JK e o Golf Club, também projetados por Niemeyer e o Restaurante Redondo, que teria sido uma das primeiras construções da localidade e local popular da Pampulha. Além desses, foram sugeridos os estádios de futebol conhecidos como “Mineirão” e “Mineirinho” e o Monumento a Iemanjá localizado também na orla da lagoa.

Podemos considerar nessa análise retrospectiva, que os estudos desenvolvidos pela Superintendência do IPHAN/MG chegaram ao IPHAN central como uma espécie de pedra bruta a ser lapidada. Nas diversas instâncias pelas quais tramitou o processo dentro do IPHAN, os pareceres foram unânimes ao afirmar que, apesar de reconhecerem os valores culturais de todos os bens elencados, o “verdadeiro valor”

14 Na pesquisa ainda não foi possível identificar os componentes desse grupo de trabalho.

que se pretendia enaltecer era o do “carimbo Niemeyer”, uma vez que o “verdadeiro valor” do conjunto residiria no fato de representar um “marco da história da arquitetura, urbanismo e paisagismo brasileiros. Abriu-se, então, um debate sobre o recorte a ser feito na região da Pampulha como área abrangida pelo tombamento e, especificamente, quais edificações receberiam tombamentos individuais dentro daquela área.

Além dos pareceres dos diversos departamentos internos do IPHAN, o processo conta com outros dois vindos do Conselho Consultivo do órgão federal, elaborados em momentos diferentes e por conselheiros diferentes. O primeiro parecer foi dado pelo arquiteto modernista do Rio de Janeiro, Maurício Roberto, em 1994. Roberto concluiu pelos tombamentos individuais das obras de Oscar Niemeyer, juntamente com seus jardins e obras de arte, concordando com pareceres anteriores. O processo tramitaria até 1996 quando o Presidente Glauco Campello solicitou novo parecer do Conselho Consultivo e, desta vez, a atuação foi de Ítalo Campofiorito, conforme trecho que reproduzimos no início dessa seção. Imediatamente após este parecer, o tombamento foi aprovado, tendo ocorrido sua homologação em 1997, com o título de “Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Pampulha”.

Se compararmos o trecho do parecer de Ítalo Campofiorito redigido em 1996, com o trecho que destacamos acima, de seu artigo publicado 11 anos antes, veremos um exemplo do insistente “olhar modernista” sobre o patrimônio nacional. Embora em 1985 ele afirmasse que era justa a valorização de conjuntos urbanos “triviais e vulgares, porém significativos”, no caso do conjunto da Pampulha, sua atuação selecionando o que ali seria lembrado e o que seria esquecido, foi bastante pragmática e reveladora daquilo que, em sua concepção era, de fato, importante naquele caso: o selo Oscar Niemeyer.

Ítalo Campofiorito explica, em seu parecer, que havia sido convidado a dar continuidade ao trabalho iniciado por Maurício Roberto, devido a problemas de saúde que este enfrentava naquele momento. Isso leva ao entendimento de que o processo de tombamento do conjunto da Pampulha caiu em suas mãos por acaso. A solicitação de novo parecer do Conselho Consultivo talvez se explique pelo fato de outros esclarecimentos e definições, tais como perímetro de tombamento, terem sido

realizados posteriormente ao primeiro parecer. Ao acaso ou não, o fato é que a decisão final sobre qual seria a área abrangida pela proteção e quais seriam os edifícios especialmente tombados foi dada por Ítalo Campofiorito. Nesse caso, como também no de Brasília, destacamos que o resultado final não é obra apenas deste arquiteto, mas, um construto elaborado por muitas mãos – arquitetas -, digamos assim.

No tombamento federal do conjunto da Pampulha estão reunidos diversos representantes da chamada “Escola Carioca” que, durante muito tempo foi confundida com a “arquitetura moderna brasileira” como se apenas aqueles arquitetos e obras resumissem todo o movimento moderno nacional. Assim, Glauco Campello na presidência do IPHAN e Maurício Roberto e Ítalo Campofiorito como conselheiros do patrimônio, formaram uma tríade de arquitetos modernistas os quais, ligados ao IPHAN na década de 1990, davam continuidade aos trabalhos que, desde 1947, vinham sendo realizados no sentido de patrimonializar exemplares da arquitetura modernista brasileira. Como seus “mestres” – especialmente Lucio Costa, duplamente mestre: como arquiteto e urbanista e como intelectual do campo do patrimônio cultural - privilegiando obras de arquitetos da “Escola Carioca”. Como frisamos anteriormente, essa era uma nova fase de tombamentos do moderno, período em que o movimento moderno brasileiro já era visto como finalizado e, portanto, não se tratavam mais de “tombamentos preventivos” a *la* Lucio Costa, mas, de um momento de elaboração da memória do movimento moderno brasileiro. Nesse contexto, novos exemplares eram acrescentados ao panteão da cultura material brasileira, tendo como novos protagonistas uma segunda geração de arquitetos modernistas no IPHAN, dentre os quais destacamos Ítalo Campofiorito.

No parecer para o tombamento do conjunto da Pampulha, o arquiteto dá novas demonstrações não apenas de ter sido um dileto aprendiz de Lucio Costa, como também de ter assumido seu bastão, o que o torna, a meu ver, uma figura central na história da preservação do patrimônio material brasileiro dos últimos 40 anos. O pragmatismo com que definiu perímetros de tombamento, o apego aos valores artístico e histórico como justificativas para a patrimonialização e o alvo sempre apontado para a “marca Oscar Niemeyer”, são exemplos de sua filiação em relação a

Lucio Costa no IPHAN, durante a década de 1990. E naquele momento ele já não contava com a atuação direta de seu mestre, já bastante idoso e recolhido à intimidade familiar (Lucio Costa faleceria em 1998), nem tinha a posição confortável que ele outrora tivera, de ter logrado se tornar uma narrativa hegemônica no órgão federal. Na década de 1990 os tempos eram, evidentemente, outros e, em meio às muitas mudanças, entre as quais pode-se destacar a emergência do patrimônio imaterial, considero ainda mais relevante a atuação de Campofiorito. Desde a década de 1980 ele vinha atuando claramente como “arquiteto da memória” do movimento moderno brasileiro – lembrando a feliz expressão de Márcia Chuva (CHUVA, 2017b) – e, portanto, herdeiro do papel que nos tempos de “Dr. Rodrigo”, Lucio Costa havia desempenhado.

E como se tudo isso já não fosse suficiente, tão logo foi determinado o tombamento do conjunto da Pampulha, em 1996, o mesmo foi incluído na Lista Indicativa do Brasil ao Patrimônio Mundial. A história da elaboração da narrativa que une o conjunto da Pampulha ao conjunto urbanístico de Brasília como pontos de inflexão da chamada “história da arquitetura moderna brasileira” é algo no que venho trabalhando também na tese de doutorado. Infelizmente, também não será possível abordar o assunto nesse artigo, mas, é importante mencioná-lo, uma vez que tal enlace narrativo encontra-se, hoje, materializado na lista de bens culturais brasileiros reconhecidos como patrimônios mundiais pela UNESCO.

Após o tombamento federal do conjunto da Pampulha transcorreriam mais 18 anos até que, na gestão da arquiteta Jurema Machado, no IPHAN, o Brasil lançasse a candidatura do agora denominado “Conjunto Moderno da Pampulha”, ao título de Patrimônio Mundial. No que tange ao objetivo imediato desse artigo, é interessante destacar que, após 3 processos de tombamento e mais 18 anos de mudanças no campo do patrimônio histórico e artístico nacional, aquilo que foi proposto como “conjunto da Pampulha” para ser reconhecido como um Patrimônio Mundial, foi precisamente aquele definido por Ítalo Campofiorito em 1996. Oficialmente, existiam 3 “conjuntos da Pampulha” que o mundo poderia conhecer como mais um legado brasileiro para o inventário da história mundial da cultura material. E entre essas possibilidades, foi aquela construída pelo IPHAN na década de 1990 e representada

pelo parecer final do arquiteto Ítalo Campofiorito, a reconhecida em 2016 como Patrimônio Mundial. Desde então, Pampulha uniu-se a Brasília, completando a narrativa da trajetória da arquitetura moderna brasileira que, desde o século passado já encontrava eco internacional, ou melhor, foi construída também com a participação internacional. Mas, agora, ela está oficializada em nosso “catálogo mundial das obras excepcionais”, como contribuição da sociedade brasileira para a trajetória cultural da humanidade.

4. Considerações Finais

Ao longo desses 3 anos de trabalho, as circunstâncias sociais e políticas nas quais o país foi imerso só fizeram ampliar, aos meus olhos, a necessidade de retornarmos às décadas de 1980 e 1990. Considero ter-se tornado de primeira necessidade uma reflexão sobre o legado daqueles anos de retorno à democracia e de construção, na realidade, de uma nova democracia brasileira, muito mais ampla e inclusiva. Uma vez que esse legado tem sido cada vez mais confrontado e, que seus protagonistas - entre os quais vimos aqui destacar o arquiteto Ítalo Campofiorito - estão se tornando ou já se tornaram partes do passado, cremos que uma análise historiográfica possa oferecer uma contribuição para melhor compreendermos o tempo presente. A esse respeito, é importante que se diga que esse trabalho se propõe como crítica historiográfica - e como tal, passível de falhas – mas, cumprindo um papel ao apontar lacunas, esquecimentos, elaborações intelectuais inerentes aos processos de consagração de memórias e patrimonialização de bens culturais. É fundamental, pois, a desnaturalização de práticas e ideias, procurando mostrar como todos eles foram historicamente construídos.

Nessa perspectiva, puxei um fio da meada dessa história das consagrações de Brasília e Pampulha como patrimônios brasileiros e mundiais, lançando luz à participação do arquiteto Ítalo Campofiorito e, assim, evidenciando seu papel protagonista na construção e oficialização de uma determinada memória do movimento moderno brasileiro. Naturalmente, a vida profissional de Ítalo Campofiorito e, tampouco suas ideias, não se limitam aos trabalhos que aqui analiso, estes sim,

circunscritos como objeto de análise e recorte cronológico. Dito de outra forma, este trabalho refere-se às ações de Ítalo Campofiorito em diferentes momentos nos quais os conjuntos modernistas de Brasília e Pampulha foram alvos de processos de patrimonialização, entre as décadas de 1980 e 1990.

Em outros momentos, como por exemplo, na entrevista publicada em 2012, ele manifestaria algumas revisões de pontos de vista e trataria de outros trabalhos que, em sua opinião, foram marcantes em sua carreira e provocaram mudanças em sua forma de pensar o patrimônio (JARDIM, 2012: 30). Portanto, esse não é um trabalho sobre toda a carreira de Ítalo Campofiorito, mas, sobre parte dela e, como tal, aponta para a importância de sua atuação como arquiteto modernista e como agente do campo do patrimônio histórico e cultural brasileiro. Com isso espero ter alcançado um duplo objetivo: historicizar aquelas patrimonializações mostrando seus mecanismos de montagem ou, como manda o gosto modernista, retirando os ornamentos para tornar visíveis as estruturas; e chamar à atenção e também problematizar, a figura de Ítalo Campofiorito, com a qual me esbarrei ao longo da pesquisa e cuja importância tenho descoberto por causa dela.

Tenho a clareza, entretanto, de que ao fazer essa análise sobre o campo de patrimônio cultural brasileiro, estou, indiscutivelmente, dialogando com ele, agindo nele e, portanto, fazendo parte dele. Consciente disso, proponho essa análise crítica com o objetivo de colaborar, de fortalecer e quiçá apontar novas possibilidades para o campo, mas, sem esquecer os “ombros dos gigantes sobre os quais nos apoiamos”. Em tempos de banalização do conhecimento e de atitudes de desrespeito e desmonte em relação ao patrimônio histórico e artístico nacional – advindas principalmente de setores do poder público - não posso permitir que meu trabalho e as críticas que dele resultam tenham outra interpretação que não o livre exercício do ofício do historiador, o papel do cientista social e a intenção de oferecer contribuições às práticas patrimoniais brasileiras.

Significa, portanto, um esforço de continuação e não de destruição do trabalho de uma instituição de mais de 80 anos como é o IPHAN e que ao longo desse tempo logrou conquistar o respeito e a admiração de boa parte da sociedade brasileira. Significa valorizar o trabalho de homens e mulheres que, como Ítalo Campofiorito,

entre erros e acertos, dedicaram boa parte de suas vidas à cultura brasileira. Creio que por essas razões eles devam ocupar o lugar de honra daqueles que, podendo assumir a postura, muito comum em nossos dias, de destruir, optaram por construir. A eles portanto, o nosso respeito e agradecimento.

Quanto ao caso específico aqui analisado, creio que se possa afirmar que entre os principais personagens dessa história, Ítalo Campofiorito figura como “criador” e “criatura” da memória do movimento moderno brasileiro. Por essa razão, e por ter nos deixado recentemente, agora, como Brasília e Pampulha, ele também faz parte do panteão de nossos “modernos eternos”.

BIBLIOGRAFIA

BENJAMIN, Walter. *O anjo da História*. Organização e tradução de João Barrento. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*. Gênese e estrutura do campo literário. Trad. Miguel Serras Pereira. 1ª ed. Lisboa, Portugal: Editorial Presença, com apoio do Ministério da Cultura Francês, 1996.

CAMPOFIORITO, Ítalo. Muda o mundo do patrimônio. *Revista do Brasil*, ano 2, nº 4, 1985.

CAMPOFIORITO, Ítalo. Brasília Revisitada. *Arquitetura Revista*, nº 7, Rio de Janeiro, FAU/UFRJ, 1989.

CAVALCANTI, Lauro. *Moderno e Brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-60)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006.

CHUVA, Márcia. Possíveis Narrativas sobre duas décadas de patrimônio: de 1982 a 2002. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. IPHAN 1937-2017. Número organizado por Andrey Rosenthal Schlee. Nº35, 2017a. Pp.79-103.

_____. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017b.

COSTA, Lucio. “Parecer para o tombamento da Igreja de São Francisco de Assis da Pampulha”; (08/10/1947). In: PESSÔA, José Simões (org.). *Lucio Costa: documentos de trabalho*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.

_____. Brasília Revisitada, 1985-1987: complementação, preservação, adensamento e expansão urbana. *Projeto*. Revista de Arquitetura e Urbanismo. N. 100, jun 1987, pp. 115-122.

_____. *Registro de uma vivência*. São Paulo: Editora 34/Edições SESC São Paulo, 2018 (1ª ed). Livro originalmente publicado pela Empresa das Artes em 1995, com segunda edição em 1997.

COSTA, Maria Elisa & LIMA, Adeildo Viegas de. *Brasília 1957-1985: do plano piloto ao Plano Piloto*. Brasília, DF: TERRACAP, 1985.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 4ª ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2017.

JARDIM, Eduardo; OSÓRIO, Luiz Camillo & LEONÍDIO, Otávio (org.). *Ítalo Campofiorito: olhares sobre o Moderno*. Arquitetura, patrimônio e cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2012.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão. Campinas: Editora UNICAMP, 1990.

MARTINS, Walkiria Maria de Freitas. “Conjunto Moderno da Pampulha (Belo Horizonte, MG): textos e contextos da construção de um patrimônio (1981-2016)”. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos & GONÇALVES, Janice (org.). *Anais do II Seminário Nacional História e Patrimônio Cultural: Patrimônio, democracia e políticas públicas*. Rio de Janeiro: GT Nacional História e Patrimônio cultural ANPUH Brasil e Núcleo de Documentação, História e Memória – NUMEM da UNIRIO, 01 a 05 de outubro de 2018, pp. 608-621. [recurso eletrônico]. Cf: <https://anpuh.org.br/index.php/grupos-de-trabalho/anais-de-eventos/item/5157-anais-do-gt-de-patrimonio>. Última consulta em 13/06/20.

NASCIMENTO, Flávia Brito do. *Blocos de Memória*. Habitação social, arquitetura moderna e patrimônio cultural. São Paulo: Editora da USP: Fapesp, 2016.

PASSOS, Edilenice. Comissão do Distrito Federal. *Senatus*. Brasília, DF, v.8, n. 1, abr. 2010, pp. 122-141. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/184768/Comiss%c3%a3o_DF.pdf?sequence=7&isAllowed=y. Última consulta em 08/06/20.

PERPÉTUO, Thiago Pereira. *Uma cidade construída em seu processo de patrimonialização: modos de narrar, ler e preservar Brasília*. Mestrado Profissional do IPHAN, 2015. Dissertação.

PESSÔA, José Simões de Belmont. Brasília o tombamento de uma ideia. *Anais do 5º Seminário DOCOMOMO Brasil*. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da USP de São Carlos (SP), 27 a 30 de outubro de 2003, s/p. Disponível no site do DOCOMOMO Brasil: <http://docomomo.org.br/course/5-seminario-docomomo-brasil-sao-carlos/>. Última consulta em 21/04/2020.

PREPARAÇÃO de candidaturas para o Patrimônio Mundial. Brasília: UNESCO Brasil e IPHAN, 2013.

RABELLO, Sonia. O tombamento. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio*

Cultural. 1ª ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (Verbetes). [recurso eletrônico]. Cf:

<http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural?letra=t>

Última consulta em 14/06/20.

REIS, Carlos Madson. Brasília: espaço, patrimônio e gestão urbana. Brasília, DF: FAU-UnB, 2001. Dissertação.

REIS, Carlos Madson; RIBEIRO, Sandra Bernardes & PERPÉTUO, Thiago Pereira (org.). *GT-Brasília*: memórias da preservação do patrimônio cultural do Distrito Federal. IPHAN. Brasília, DF: Superintendência do IPHAN no DF, 2016.

RUBINO, Silvana. Lucio Costa e o patrimônio histórico e artístico nacional. *Revista USP*, São Paulo, n.53, p.6-17, mar/mai 2002.

SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil 1900-1990*. 3ª ed. São Paulo: EdUSP, 2014.

SMITH, Laurajane. El 'espejo patrimonial'. Ilusión narcisista o reflexiones múltiples? *Antípoda*. Revista de Antropología e Arqueología. Nº 12, enero-junio de 2011, Bogotá, Colômbia. Pp.39-63.

_____. *Uses of heritage*. London and New York: Routledge, 2006.

THOMSON, Patrícia. "Campo". In: GRENFELL, Michael (org.). *Pierre Bourdieu*: conceitos fundamentais. Trad. Fábio Ribeiro. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018. Pp.95-114.

Fontes primárias

Dossiê de candidatura do "Conjunto Urbanístico de Brasília" ao título de Patrimônio Mundial. Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro, RJ.

Processo nº 1.305-T-90, Tombamento Federal do "Conjunto Urbanístico de Brasília". Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro, RJ.

Processo PTE009, Tombamento Estadual do "Conjunto da Pampulha". Arquivo do IEPHA-MG. Belo Horizonte, MG.

Processo nº 1.341-T-94, Tombamento Federal do "Conjunto da Pampulha". Arquivo do IEPHA-MG. Belo Horizonte, MG.

Processo Administrativo nº 01118070.99.04, Tombamento Municipal do "Conjunto da Pampulha". Arquivo do IEPHA-MG. Belo Horizonte, MG.

Dossiê de candidatura do "Conjunto Moderno da Pampulha" ao título de Patrimônio Mundial. Arquivo Central do IPHAN, Rio de Janeiro, RJ.

Portaria nº 166 de 11 de maio de 2016. Regulamentação do tombamento federal do "Conjunto Urbanístico de Brasília". IPHAN. Cf:

http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/portaria_166_consolidada_2018_com_ma_pas.pdf.

Última consulta em 14/06/20.

Correspondência de Ítalo Campofiorito ao Governador José Aparecido de Oliveira datada de 23 de setembro de 1987. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Distrito Federal, Série: Patrimonialização de Brasília, Caixa 3. Documento consultado entre os Anexos da Dissertação de Mestrado de Thiago Perpétuo (PERPÉTUO, 2015).